

Liderança na opinião pública?

O Grupo de Diários América e a agenda política na América Latina¹

Juliana Gagliardi²

Once periódicos. Once países. Una sola fuente.³

Na última década, muitos países da América Latina têm passado por mudanças econômicas, políticas e sociais e o fato de acontecerem paralelamente, no mesmo período e em uma mesma região, torna a comparação automática. Essas mudanças ganharam maior relevo na primeira década dos anos 2000, após a ascensão de diversos governos identificados com políticas de esquerda, eleitos diretamente. O início dessa virada costuma ser identificado pela eleição à presidência de Hugo Chávez (Venezuela, 1998), seguida pelos resultados eleitorais no Brasil (Lula, 2002), Argentina (Néstor Kirchner, 2003), Bolívia (Evo Morales, 2006), Chile (Michele Bachelet, 2006), Equador (Rafael Correa, 2007), Paraguai (Fernando Lugo, 2008) e Uruguai (Jose Mujica, 2010). Vários desses governos foram reeleitos para mandatos consecutivos ou tiveram seus herdeiros políticos eleitos - foram os casos de Lula (2002 e 2006) e Dilma Roussef (2010), Cristina Kirchner (2007 e 2011), Hugo Chávez (1998, 2000, 2006 e 2012) e Nicolás Maduro (2013), Evo Morales (2005 e 2009) e Rafael Correa (2006, 2009 e 2013).⁴

Simultaneamente a esse movimento, podemos notar que toma forma uma aliança internacional entre as mídias desses países, que se torna explícita em situações de crise, da qual sobressai a criação de uma agenda política pela imprensa. Um forte exemplo

¹ Este trabalho é a primeira etapa de uma pesquisa, cujo objetivo é analisar a atuação de parte dos jornais do Grupo de Diários América como agentes políticos no período supracitado, que resulta na construção de uma identidade latino-americana compartilhada via imprensa.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ “Quiénes Somos”, em: <http://www.gda.com/Quienes_Somos/index.php>. Acesso em: 07/04/2013.

⁴ E dois desses governos passaram, ainda, por referendos (Chávez em 2004 e Morales em 2008) motivados por tensões políticas. Em ambos os casos, Chávez e Morales tiveram seus nomes confirmados por voto popular para a permanência na presidência até o fim do exercício de seus mandatos.

dessa aliança é o Grupo de Diários América (GDA), criado no dia 14 de abril de 1991 (Santuário, 2006) como a sociedade dos periódicos “de maior tradição e prestígio da região Sul da América”, “líderes e de máxima credibilidade em onze países da América, unidos por um mesmo espírito e compromisso”,⁵ conforme sua própria apresentação. Enquanto o consórcio requer para si a missão social de criar “uma grande rede de interação e confiança para fazer da América Latina um continente cada dia mais próspero, mais informado e mais humano”, estabelece três objetivos principais: “entregar um serviço ágil e eficaz a anunciantes que desejem publicações em mais de um [desses] países, fortalecer o intercâmbio de conteúdos jornalísticos e editoriais, consolidando o GDA como a melhor fonte de informação sobre a América Latina” e, finalmente, “velar pela liberdade e independência expressas na linha editorial e manter a liderança e a credibilidade entre os leitores”. Em outro momento, o grupo se define como o “instrumento mais importantes para conhecer a atualidade da América Latina”.⁶

O consórcio de jornais define o seu objetivo a partir de razões financeiras - o comércio de espaço simultâneo em vários jornais como proposta atraente para anunciantes. Contudo, ao requerer para si as funções de porta-voz do que seria a América Latina e de ser o reflexo confiável da opinião pública - uma vez que vincula a legitimidade ao número de leitores que seus veículos alcançam -, o GDA afirma claramente a existência de um projeto político que define a região e fala por ela e pelo seu “bem comum”.

Fala-se de jornais que são em geral familiares, tradicionais, politicamente conservadores e voltados para um público fundamentalmente das elites. La Nación (Argentina), El Mercurio e El Comercio (Peru) foram fundados ainda no século XIX, em 1870, 1827 e 1839, respectivamente, e todos os outros foram fundados na primeira metade do século XX.⁷ As famílias que os fundaram ou que os compraram ao longo do

⁵ Idem.

⁶ “Serviços informativos do GDA” em www.gda.com (acesso em 10/6/2012).

⁷ El Comercio (Equador) foi fundado em 1906; El Nuevo Día (Porto Rico) em 1909; El Tiempo (Colômbia), em 1911; El Universal (México), em 1916; El País (Uruguai), em 1918; O Globo (Brasil), em 1925; El Nacional (Venezuela), em 1943 e La Nación (Costa Rica), em 1946.

tempo são, em parte considerável, ligadas a política nacional desses países.⁸ Todos esses jornais estão entre os primeiros em número de circulação em seus países e a leitura dos editoriais de boa parte deles sugere orientações conservadoras expressas, por exemplo, na profunda crítica a movimentos e a medidas populares, que recebem de forma pouco crítica o título de populistas. Além disso, dirigem-se, em geral, às classes médias, como os níveis socioeconômico e educacional de seus leitores indica.⁹

O contexto em que o GDA surgiu foi também de transição para muitos países da América Latina. Alguns deles haviam saído recentemente de longos períodos de regimes autoritários – Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1983), Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985), Paraguai (1954-1987), Bolívia (1971-1978)¹⁰ – e passavam pelo que seriam longas transições políticas, freadas ora pelo receio de regressões autoritárias e pela subsistência de atores autoritários possuindo o controle de recursos de poder, ora pela indiferença quanto ao regime em vigor, pelas consequências da crise econômica ou das desigualdades intensificadas pelo regime autoritário anterior (O'Donnell, 1988). Muitos desses países passaram, especialmente na década de 1990, pela implementação de políticas neoliberais. Foram os casos de Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, países inseridos no plano do “Consenso de Washington”,¹¹ que consistia na adoção de certas medidas como condição básica para a renegociação de suas dívidas externas, entre as quais a mudança de prioridades nos gastos públicos, a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais e as taxas de juros positivas (Bandeira, 2002).

Esses jornais historicamente reivindicaram o papel de intérpretes do interesse da sociedade como um todo, e, principalmente nos anos 1990, tornaram-se porta-vozes de

⁸ Alguns exemplos são o *La Nación* argentino, fundado por um ex-presidente da República Bartolomé Mitre (1862-1868); a família Santos, proprietária do *El Tiempo*, que tem entre seus integrantes presidentes, vice-presidentes e ministros da Colômbia ou, ainda, *O Globo*, propriedade familiar que foi representada durante muito tempo pelo patriarca Roberto Marinho que foi próximo dos presidentes do regime militar e amigo de poderosos políticos brasileiros, como Antônio Carlos Magalhães, chegando mesmo a sugerir o nome deste para Ministro das Comunicações no início da transição política (Porto, 2012:1).

⁹ Essas informações podem ser confirmadas nos portfólios dos jornais oferecidos pelo próprio GDA em: <<http://www.gda.com/>>.

¹⁰ Há ainda o caso do Peru, onde se iniciava o governo autoritário de Alberto Fujimori, que duraria uma década (1990-2000).

¹¹ As medidas que formaram o que ficou conhecido a posteriori como *Consenso de Washington* foram formuladas em 1989 por economistas de Washington.

um discurso que via em um modelo liberal a solução para o que muitos julgavam ser o “atraso” das sociedades latino-americanas. A partir do fim dessa década, contudo, com a emergência dos governos populares já mencionados – muitos dos quais investindo em medidas de cunho social -, surge também a necessidade de redefinição de papéis para essas organizações de imprensa formadas por grupos das elites locais que tiveram, em geral, proximidade com o poder ao longo da história. Chocando-se sintomaticamente (e historicamente) com políticas mais à esquerda, precisaram, então, renovar a sua capacidade de fazer oposição a governos agora democráticos. Desse modo, o posicionamento desses jornais como agentes políticos se intensifica e ganha contornos mais claros no âmbito regional, em especial na transição entre as décadas de 1990 e de 2000.

A América Latina e o lugar do Brasil

Embora se argumente sobre as semelhanças nessa “virada” política entre vários países latino-americanos, é importante ressaltar que esse contexto político recente tem aproximado, numa perspectiva regional, países que nem sempre foram considerados tão próximos. Nessa discussão, o Brasil é um caso à parte. Enquanto tem sido consenso que o termo América Latina é de origem francesa e foi utilizado pelos intelectuais desse país para justificar o imperialismo francês no México na segunda metade do século XIX, Leslie Bethell (2009) enumera os primeiros usos da expressão ainda antes de ser atribuída ao imperialismo por escritores e intelectuais da América hispânica. Conforme Bethell, “o importante é que nenhum dos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão ‘América Latina’, e nem seus equivalentes franceses e espanhóis, incluíam nela o Brasil. ‘América Latina’ era simplesmente outro nome para *América espanhola*” (2009: 293).

Os intelectuais brasileiros, da mesma forma, ressaltavam as diferenças que separavam o seu país da América Espanhola, fossem geográficas, históricas, de economia, língua, cultura ou instituições políticas. O Brasil, colonizado por Portugal, teve como língua oficial o português e estabeleceu nas bases da economia a agricultura escravocrata.

Sua independência aconteceu de forma pacífica e negociada, a monarquia permaneceu em seguida e a vasta dimensão territorial se manteve quase intacta, formando um único país, enquanto nada disso aconteceu ao resto da América do Sul. Desde meados do século XIX, intelectuais da América hispânica tornavam clara e evidente a diferença entre a América do Sul e a América do Norte¹² e congressos e conferências do mesmo período marcavam o desejo presente na América hispânica de unir-se contra a expansão territorial norte-americana e às intervenções francesa no México e espanhola em Santo Domingo, Peru e Chile. No mesmo contexto o Brasil não se sentia ameaçado pelos EUA, pela França ou pela Espanha e, ao contrário, esforçou-se para estreitar relações com os EUA no início da década de 1920, enquanto suas relações com seus vizinhos latino-americanos permaneciam desinteressadas e limitadas (Bethell, 2009).

Apenas a partir da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria o Brasil passou a ser, gradativamente e timidamente, considerado parte da América Latina pelos olhares externos norte e hispano-americanos, embora lembre Bethell que a maioria dos intelectuais brasileiros nos anos 1960 continuava a considerar América Latina ainda como sinônimo da América espanhola. Somente nas décadas de 1990 e 2000, principalmente a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2011), o Brasil passou a buscar a integração política e econômica com os seus vizinhos, ainda que continue sendo considerado mais como um vizinho sul-americano do que latino-americano.

A despeito disso, na primeira década do século XXI, aparecia na imprensa brasileira a demanda pelo protagonismo do Brasil na América Latina e, mais especificamente, sobre a liberdade de imprensa.

Jornalistas da Venezuela, da Argentina e do Equador criticaram nesta segunda-feira o silêncio do governo brasileiro diante de medidas restritivas contra a imprensa em seus países e alertaram para que o Brasil tenha cautela no debate de

¹² Bethell (2009:290) cita como exemplo o filósofo e historiador uruguaio Torres Caicedo que escreveu um poema a que chamou “Las Dos Américas”, publicado no jornal El Correo de Ultramar, em 1857.

novas leis no setor. Para eles, o Brasil é uma espécie de "irmão mais velho" da América Latina e precisa assumir a liderança na manutenção de princípios democráticos de liberdade de expressão.¹³

Posteriormente, o “papel” do Brasil continuava a ser cobrado:

Ex-chanceler do México de 2000 a 2003, o acadêmico Jorge Castañeda afirma que, no Brasil, instituições democráticas e meios de comunicação sólidos garantem a liberdade de imprensa, diferentemente do que ocorre no Equador e na Venezuela. Em entrevista ao Globo, Castañeda criticou o Brasil pela falta de protagonismo internacional e por apoiar Hugo Chávez e Rafael Correa na oposição à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).¹⁴

A partir disso, esta pesquisa recém-iniciada objetiva, como próximos passos, contribuir no futuro para a própria definição de América Latina, em meio a outras divisões possíveis como América do Sul, Cone Sul, América Espanhola ou América Andina em um universo terminológico de tensões e de diferentes interesses a partir do qual também se origina uma categoria de “jornalismo latino-americano” usada ainda de forma pouco crítica. Nesse ambiente de dificuldades de definição, o GDA busca de alguma forma afirmar o seu papel que, mais do que nacional, é regional e no qual entra em cena a produção de um discurso supranacional, de defesa mútua das empresas jornalísticas que se mistura a um discurso de identidade da América Latina.

¹³ “Jornalistas estrangeiros criticam silêncio do governo Lula na defesa da liberdade de imprensa”, O Globo, 01/03/2010, em: <http://oglobo.globo.com/politica/jornalistas-estrangeiros-criticam-silencio-do-governo-lula-na-defesa-da-liberdade-de-imprensa-3046465>.

¹⁴ “Acadêmico cobra do Brasil defesa da imprensa livre”, O Globo, 13/10/2012, em: <http://oglobo.globo.com/economia/academico-cobra-do-brasil-defesa-da-imprensa-livre-6392989>.

Para além da contribuição sobre as semelhanças que aproximam os países dessa região e que permitem traçar um perfil da relação entre a imprensa e a política, deve-se partir de uma certa ideia de América Latina para observá-la criticamente. Isso permite endossar as críticas recentes que têm sido feitas (Schendel, 2002; Slocum e Thomas, 2003) à regionalização acadêmica do mundo – obviamente sem deixar de lado as vantagens metodológicas que representam - desde o fim da segunda Guerra Mundial, chamada nas ciências sociais de estudos de área, “cujo ímpeto foi político e externo às áreas consideradas: emanou da América do Norte e da Europa” (Schendel, 2002: 647). Ainda de acordo com Schendel, os estudos da área partem de uma metáfora geográfica para visualizar e naturalizar determinados espaços sociais, bem como uma escala particular de análise e, assim, produzem geografias específicas do saber, mas também criam geografias da ignorância. Nesse sentido, Slocum e Thomas, considerando o Caribe, evocam Sidney Mintz para dizer que uma série de características sociológicas, em vez de tradições culturais, tipifica e une aquela área (2003: 554). Este argumento pode servir como ponto de partida para entender a concepção da unidade em um ambiente de diferenças culturais e permite, portanto, refinar a análise da aproximação e da distinção entre os países da América Latina de forma crítica e tendo como origem veículos de comunicação.

Portanto, ainda será necessário no futuro, articular essas questões para que seja possível propor contribuições que possam delinear e problematizar a ideia de América Latina construída e reforçada pelos jornais em nível regional. O tema é relevante e se justifica pela carência de pesquisas consolidadas, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito regional, pela contribuição que oferece à compreensão da dinâmica política nacional e regional e pelo alto potencial de discussão e troca com a produção intelectual contemporânea, especificamente, no campo da comunicação.

A construção de uma agenda política na América Latina

Se alguns dos jornais que compõem o GDA já haviam tido posicionamentos semelhantes em outros períodos da história,¹⁵ nos anos mais recentes, tem sido uma característica presente em suas matérias o recorrente conflito com os chefes de governo. Isso pôde ser verificado na atuação de O Globo durante o governo Lula no Brasil, especialmente durante o seu segundo mandato, quando ora o presidente fazia críticas à atuação da imprensa,¹⁶ ora o jornal fazia críticas à relação do presidente com a imprensa.¹⁷ Situação semelhante tem ocorrido na Argentina entre o La Nación e a presidente Cristina Kirchner. Um exemplo desse atrito ocorreu em 2010 com os conflitos ocorridos em torno da empresa Papel Prensa, única fabricante de papel de jornal no país, em que, além do governo argentino, os grupos de oposição Clarín e La Nación são acionistas. Cristina acusou os dois grupos de tentarem impor o monopólio ao dificultarem a venda de papel a jornais concorrentes e os acusou de terem comprado parte da empresa em 1976 numa transação forçada e a preço injusto, já que a ditadura perseguiu e prendeu o antigo dono da Papel Prensa e sua esposa. La Nación e Clarín, por outro lado, acusaram a presidente de tentar investir contra a liberdade de expressão na Argentina. O periódico venezuelano El Nacional, por sua vez, deixou explícito em suas matérias sua oposição ao governo Chávez e um exemplo disse pode ser encontrado durante a tentativa de golpe de 2002, quando estampou em suas capas palavras de ordem antigovernista, conclamando seus leitores a participarem do golpe. No dia 10 de abril daquele ano, um editorial não-assinado chamava os leitores a tomarem as ruas¹⁸ e, no dia seguinte, estampava em sua manchete: “A batalha final será no Miraflores”.¹⁹

¹⁵ Alguns desses grandes jornais são apontadas como suportes à eclosão de governos ditatoriais, como é o caso de O Globo, que estimulou o golpe militar de 1964, e do periódico chileno El Mercurio, que foi um defensor do golpe contra Salvador Allende em 1973. Posteriormente, seria apontado o posicionamento do jornal El Nacional no contexto da tentativa de golpe contra o presidente Hugo Chávez em 2002.

¹⁶ “Não vamos derrotar apenas nossos adversários tucanos. Vamos derrotar alguns jornais e revistas, que se comportam como se fossem um partido político e não tem coragem de dizer que são um partido político, que têm candidato e não têm coragem de dizer que têm candidato, que não são democratas e pensam que são democratas.” Palavras do então presidente Lula, em comício em Campinas (SP) no dia 18 de setembro de 2010. Reproduzido em O Globo, 19 de setembro de 2010, p.4.

¹⁷ “Os ataques do presidente Lula à imprensa levaram cerca de mil pessoas, como o jurista Hélio Bicudo e o arcebispo emérito de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, a assinar manifesto em defesa da democracia” (O Globo, 23 de setembro de 2010, p.1.) e “Manifesto critica ‘autoritarismo’ de Lula.” (O Globo, 23 de setembro de 2010, p.12.)

¹⁸ “A tomar las calles”, El Nacional, 10/04/2002.

¹⁹ “La batalla final será en Miraflores”, El Nacional, 11/04/2002. Tradução minha.

Contudo, mais importante do que definir se um jornal é anti ou pró-governo – isso é o que, em geral, já se sabe –, pressupondo que ele deveria posicionar-se de uma determinada maneira, é compreender como diferentes veículos de alguma forma conectados atuam em direção à constituição de uma agenda comum sobre a política na América Latina. Essa agenda aponta para algumas questões que se referem, de forma comum, às relações entre a mídia (e a imprensa, em particular) e os chefes do Executivo.

Assim, uma dessas questões é que esses veículos julgam que os novos governos que tendem à esquerda são igualmente autoritários e, por isso, têm o plano de investir sistematicamente contra a liberdade de imprensa. Além disso, nota-se um esforço de construir esse problema como uma questão comum aos diferentes países, considerando-se que aconteça em cada um da mesma forma. Em segundo lugar, e em decorrência da primeira questão, esses jornais pressupõem que liberdade de expressão e liberdade de imprensa sejam rigorosamente a mesma coisa, enquanto, da mesma forma, regulação e censura seriam conceitos equivalentes. Dessa tensão entre imprensa e presidentes, emerge outra pressuposição que, embora também não declarada, pode ser notada em geral. Trata-se de um discurso que reforça que ser independente significa, necessariamente, ser de oposição, apropriando-se de um discurso de neutralidade que se define por ser neutro *em relação ao Executivo*, especificamente.

Entender como a imprensa caracteriza de maneira homogênea os governos da América Latina demanda olhar contemporaneamente as definições empregadas nos termos de um senso comum - como populismo, autoritarismo, hiperpresidencialismo, censura - e significa, em maior escala, muito além de concordar ou discordar dessa caracterização, analisar as disputas atuais em torno do conceito de democracia e do papel da imprensa nesse contexto. A ausência de estudos comparativos consistentes que abordem essa área do continente ainda é clara.

A partir da primeira década do século XXI, estudos comparativos no campo da comunicação têm emergido com maior frequência e com visibilidade internacional. Até então, *Four theories of the press* (Siebert, Peterson e Schramm), cuja primeira edição foi publicada em 1956, havia se mantido como obra de referência incontestada e fundadora do questionamento sobre o “modo de ser” da imprensa e sobre as razões que a levariam a

se manifestar de formas distintas ou a desempenhar funções variadas em diferentes países. Duas décadas depois Blumler e Gurevitch (1975) propuseram quatro dimensões para a análise comparativa, mas destacaram a dificuldade metodológica que continuava existindo de definição dos aspectos que deveriam ser considerados na realização de estudos comparativos. Quase três décadas depois, em 2004, Daniel Hallin e Paolo Mancini publicaram uma nova proposta de três modelos de sistemas midiáticos que seriam, de um modo geral, modelos básicos nos quais se agrupariam as democracias capitalistas ocidentais contemporâneas. *Comparing media systems* se constituiu em um formato central de pesquisa de comunicação partindo de críticas às duas primeiras obras para uma análise, nos campos da economia, da política e da sociedade em suas interseções com os sistemas midiáticos, que considerava as histórias de cada um dos 18 países analisados, nenhum deles latino-americano.

Já no início dos anos 2000 e, em especial nos anos seguintes à publicação de *Comparing Media Systems*, ganharam visibilidade trabalhos locais que reforçaram as lacunas deixadas pelos três modelos propostos ao considerarem a mídia em países não incluídos nos “sistemas mais similares” do mundo ocidental e que tinham histórias muito diferentes em relação aos considerados por Hallin e Mancini (Curran e Park, 2000; McCargo, 2000 e 2003; Lawson, 2002; Albuquerque, 2005; Albuquerque e Silva, 2009; Roudakova, 2009; Voltmer, 2008; Sparks, 2008). As discussões surgidas deram origem a um novo livro (Hallin e Mancini, 2012) editado pela dupla, cuja justificativa foi exatamente dar espaço para que aqueles que ficaram de fora dos três modelos propostos em 2004 pudessem criticá-los e sugerir novos caminhos a partir das particularidades de cada país não ocidental no que se referia aos sistemas midiáticos. O trabalho recém-publicado representa um esforço para ampliar e ressaltar os papéis dos sistemas midiáticos na realidade de países que seguem trajetórias e lógicas próprias, distintas das mais antigas democracias ocidentais do norte – os “sistemas mais similares”. Nele aparece o Brasil, ao lado dos casos de Israel, Polônia, Países Bálticos, África do Sul, Rússia e China, mas não se encerraram as discussões, servindo. Muitos países não foram incluídos no estudo, como a Índia e a maioria dos países da América do Sul, Ásia, África, Oceania e Oriente Médio e uma vez que os países abordados no projeto podem ser identificados como países centrais entre os periféricos.

Assumindo, portanto, que os modelos predominantemente ocidentais do Norte não são suficientes para falar do Sul e enfocando a América Latina, região na qual o Brasil desponta por sua força econômica e política, busca-se investigar quais características particulares permitem entender a atuação da imprensa de forma comparativa na América Latina. Um diálogo se dará especialmente, neste caso, com o conceito de *paralelismo político* (Hallin e Mancini, 2004), uma das principais dimensões de acordo com as quais os sistemas midiáticos da Europa Ocidental e da América do Norte podem ser comparados entre si.

De acordo com a definição de Hallin e Mancini, o paralelismo político equivale ao grau e à natureza das conexões entre a mídia e os partidos políticos ou, mais amplamente, à amplitude com que os sistemas de mídia refletem as principais divisões políticas da sociedade (2004: 21). Esse conceito foi, contudo, construído à luz da experiência de jornalismo que tomou lugar no final do século XIX, a partir da qual os jornalistas passaram a ser vistos como árbitros neutros da comunicação política, afastados de interesses ou causas particulares e fornecendo, portanto, informação e análises livres de partidarismo. Esse movimento foi, por sua vez, acompanhado pelo desenvolvimento de uma imprensa comercial e mais financiada pela publicidade do que pelos atores políticos.

Diante disso, destacam-se três problemas referentes à aplicação do conceito na América Latina. Em geral, os sistemas políticos dessa região são estruturados a partir de clivagens que não são estáveis e o posicionamento da mídia não é claro com relação a essas clivagens (Albuquerque, 2012). Além disso, as concepções de neutralidade e de independência carecem de definições e limites claros. Sobre este ponto, é válido ressaltar o que disse Porto (2012: 39), ao lembrar que a cobertura desequilibrada e tendenciosa de campanhas políticas tem sido identificada como uma característica comum da comunicação política na América Latina. Sobre as divisões não estáveis características, ressalta-se que na América Latina são comuns atualmente sistemas políticos competitivos em que os meios de comunicação e a política se desenvolvem em um ambiente de relativa instabilidade institucional (Albuquerque, 2012).

Um dos caminhos possíveis pelo qual essa discussão pode ser iniciada passa pelo tipo de democracia que se desenvolveu em boa parte dos países latino-americanos desde as

décadas de 1970 e 1980 e dialoga com o que Guillermo O'Donnell (1994) chamou de *democracia delegativa*. Esse tipo se diferencia das democracias representativas dos países capitalistas desenvolvidos por não ter alcançado um suficiente progresso institucional nem uma considerável eficácia governamental. Para O'Donnell a prestação de contas horizontal – ou seja, a existência de uma rede de poderes relativamente autônomos e outras instituições que podem questionar ou punir as formas incorretas de liberar algum funcionário de suas responsabilidades –, efetiva nas democracias institucionalizadas, é débil ou mesmo inexistente nas democracias delegativas. Possivelmente em consequência desse contexto de instabilidade institucional e política, a mídia se atribui mais incisivamente um papel político ativo e reivindica para si a função de árbitro das disputas políticas, pretendendo atuar, portanto, como uma instituição que demanda o papel de falar como representante de seus adeptos e em seu nome.

O mesmo conceito de democracia delegativa permite, ainda, assumir a natureza diversa dos países latino-americanos. Chile e Uruguai, apesar de terem semelhanças em seus históricos e com relação a outros países latino-americanos – uma vez que passaram por ditaduras recentes – são deixados de fora desse tipo de sistema político. Ainda conforme O'Donnell, ambos os países não adotaram pacotes econômicos na transição; ao contrário disso puseram em prática políticas econômicas que visavam o crescimento e o progresso e que foram em sua maioria negociados com o Congresso e outros interesses organizados. Isso foi possível, no caso do Uruguai, porque assim que se restaurou a democracia, o Congresso passou a funcionar de maneira eficaz, o que não aconteceu em outros países. Ainda que com contextos históricos recentes com características próprias, jornais do Chile e do Uruguai compõem o Grupo de Diários América, o que abre caminho para que se investigue nessa pesquisa se os jornais desses países atuam, de fato, como agentes políticos de formas semelhantes ou sob quais distinções e, ainda, o que os une por fim.

Uma porção considerável dos estudos que estão sendo produzidos atualmente sobre a América Latina têm abordado a tendência “virada à esquerda” [*left turn*] desde o final dos anos 1990 (Schamis, 2006; Castañeda, 2006; Lugo-Ocando, 2003, 2008 e 2011; Seligson, 2007; Arditi, 2008; Rochlin, 2007; Cameron, 2009; Waisbord, 2012). Apesar da

diversidade que existe nessa região, continuam em muito se baseando na premissa de julgar esses países pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso em alcançar a democracia ocidental e reforça, de alguma forma, muitas das questões presentes na agenda política estabelecida pela própria mídia.

Nesse sentido, de modo geral, a bibliografia sobre a *left turn* latino-americana pode ser entendida a partir de dois vieses. Um primeiro grupo busca analisar a mídia e o seu papel na dinâmica política de cada um desses países (Lugo-Ocando, 2003, 2008 e 2011; Cameron, 2009)

O segundo engloba autores que buscam de alguma forma criticar o ‘perigo’ desses governos a partir de argumentos referentes ao autoritarismo e à conseqüente ameaça à democracia (Castañeda, 2006; Seligson, 2007; Waisbord, 2012). Nesse caminho, parte desses autores divide as esquerdas latino-americanas em duas: uma “boa” e outra “má”, sendo cada uma delas caracterizada pela adoção de um determinado projeto político e econômico. A “boa” seria portanto, considerada “mente-aberta, reformista e internacionalista”, “consciente dos seus erros do passado” (Castañeda, 2006) e daria “suporte ao livre-mercado e a laços estreitos com os Estados Unidos” (Seligson, 2007) – são os casos de Brasil e Chile. Por sua vez, a “má” esquerda, “nascida da maior tradição latino-americana populista, é nacionalista, estridente e mente-fechada”, não teria aprendido com o passado, e emprega, ainda, uma “retórica repleta de orgulho do socialismo e ataques ao capitalismo e aos EUA”.

Esse quadro aponta consideravelmente para uma agenda de comparação com o Ocidente e é conseqüência da modelização da América Latina a partir de premissas do mundo capitalista ocidental, que sugere que processos políticos que ocorreram na Europa Ocidental (conforme Castañeda) ou na América do Norte (conforme Seligson) deveriam ocorrer da mesma maneira e levar aos mesmos resultados na América do Sul. Nos casos, ainda, desses dois autores, é relevante a ausência de comparações e análises internas à própria América Latina – o populismo, conceito-chave na maioria dos textos, continua subdefinido. Seligson, por exemplo, ao mencionar como realizou a análise de dados em seu artigo, deixa seu método de pesquisa de opinião pública pouco esclarecido e quantificado, mas não deixa de considerar que “a inclusão dos EUA e do Canadá, as

democracias de excelência do hemisfério, fornece uma base única de comparação ausente na maioria dos outros esforços” (Seligson, p. 83, tradução minha). Castañeda, por sua vez, usa dados econômicos sem menção às fontes em um texto sem referências bibliográficas.

Ainda devem se produzidos, portanto, estudos que considerem o movimento que acontece em parte do continente de, pela primeira vez na história, definir-se a partir de outras identidades que não as da América do Norte ou da Europa. O que também demandará um outro olhar para os estudos da comunicação, uma vez que essa discussão atinge o lugar do jornalismo – afinal, se o lugar que o jornalismo assume nos (e em cada um) países latino-americanos não é o mesmo que em outros países centrais, que lugar é esse?

Conclusão

A emergência de governos populares em vários países da América Latina no final dos anos 1990 foi acompanhada por um movimento de clara oposição da grande mídia. Um dos exemplos dessa aliança é o GDA, cujos veículos têm investido em se opor aos governos desses países, em tensas relações que já duram mais de uma década, reservando lugares distintos à opinião pública e ao eleitorado.

Esses jornais se posicionam claramente como agentes políticos na América Latina contemporânea e, ao fazerem isso, reivindicam para si o papel de árbitros entre o presidente e outros agentes políticos e o fazem “em nome do público”. Compartilham, em suas matérias, pressupostos sobre o papel do jornalismo e sobre o *status* político da América Latina contemporânea e, ao fazerem isso, constroem um determinado discurso jornalístico latino-americano acerca da política na região que tende a homogeneizá-la.

Este é um primeiro passo de um trabalho mais amplo que visa investigar como jornais distintos, mas de alguma forma conectados, atuam em direção à constituição de uma mesma agenda política na América Latina, a partir da qual se preocupam em definir os governos populares como igualmente autoritários, em construir um problema comum baseado na ameaça à liberdade de imprensa e na pressuposição de que para ser independente é necessário ser de oposição a esses governos. Trata-se, na verdade, de uma

disputa pela definição da democracia, pela inserção internacional desses países e pela escolha dos modelos políticos e econômicos a serem seguidos.

O fato de parte da bibliografia contribuir pouco para outro olhar, que investigue as particularidades da dinâmica política e social de cada país e que permita uma análise comparativa mais ampla e densa e menos baseada em modelos dos países centrais precisa ser ainda ultrapassado para que seja possível construir, no futuro, análises mais sólidas.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Afonso. “Another ‘Fourth Branch’: press and political culture in Brazil”. *Journalism*, v.6, n.4, 2005, p.486-504.

ALBUQUERQUE, Afonso. “O paralelismo político em questão”. Texto inédito apresentado à conferência “Communication and Global Power Shifts”, Beijing, 2012.

ALBUQUERQUE, Afonso; SILVA, Marco Antônio Roxo da. “Skilled, loyal and disciplined: communist journalists and the adaptation of the American model of ‘independent model’ in Brazil.” *International Journal of Press/Politics*, v.14, n.3, 2009, p. 376-395.

ARDITI, Benjamin. Arguments about the Left Turns in Latin America: A Post-Liberal Politics? *Latin American Research Review*, v. 43, n. 3, 2008, pp. 59-81.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 2, 2002, pp. 135-146.

BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, 2009, p. 289-321.

CAMERON, Maxwell. Latin America’s Left Turns: beyond good and bad. *Third World Quarterly*, v. 30, n.2, 2009, pp. 331-348.

CASTAÑEDA, Jorge. "The Latin America's left turn". *Foreign Affairs*, n.85, 2006, p. 28-43.

CURRAN, James; PARK, Myung-Jin. *Dewesternizing media studies*. Londres: Routledge, 2000.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems beyond the western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LAWSON, Chappell. *Building the Fourth Estate: Democratization and Media Opening in Mexico*. San Diego: University of California Press, 2002.

LUGO-OCANDO, Jairo. "An introduction to the Maquillas of power: media and political transition in Latin America". In *The media in Latin America*. Berkshire: Open University Press, 2008.

LUGO-OCANDO, Jairo; GUEDES, Olga; CAÑIZALES, Andrés. Framing revolution and reframing conter-revolution, *Journalism Practice*, v.5, n.5, 2011, p. 199-612.

LUGO-OCANDO, Jairo; ROMERO, Juan. From friends to foes: Venezuela's media goes from consensual space to confrontational actor, *Revista Sincronía*, v.4, n.2, 2003.

McCARGO, Duncan. *Politics and the press in Thailand: media machinations*. Londres: Routledge, 2000.

McCARGO, Duncan. *Media ad politics in Pacific Asia*. Londres: Routledge, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. "Transições, continuidades e alguns paradoxos". In REIS, Fabio Wanderley; O'Donnell, Guillermo (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Editora Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.

O'DONNELL, Guillermo. "Delegative democracy". *Journal of Democracy*, v.5, n.1, 1994.

PORTO, Mauro. *Media power and democratization in Brazil: TV Globo and the dilemmas of political accountability*. New York, London: Routledge, 2012.

ROCHLIN, James. Latin America's Left Turn and the New Strategic Landscape: The Case of Bolivia, *Third World Quarterly*, v. 28, n. 7, 2007, p. 1327-1342.

ROUDAKOVA, Natalia. "Journalism as 'prostitution': understanding Russian's reaction to Anna Poltkovskaya's murder." *Political Communication*, v.26, n.4, 2009, p. 412-429.

SCHAMIS, Hector. "A 'left-turn' in Latin America? Populism, socialism and democratic institutions." *Journal of Democracy*, v.17, n.4, 2006, p. 21-34.

SCHENDEL, Willem van. "Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia". *Environment and Planning D: Society and Space*, v.20, 2002, p.647-668.

SELIGSON, Mitchell. The rise of populism and the left in Latin America. *Journal of Democracy*, v.18, n.3, 2007, p. 81-95.

SLOCUM, Karla; THOMAS, Deborah. "Rethinking global and area studies: insights from Caribbeanist anthropology". *American Anthropologist*, 105 (3), 2003, p. 553-565.

SPARKS, Colin. "After transition: the media in Poland, Russia and China." In JABUKOWICZ, K; SUKOSD, M. (ed.). *Finding the right place on the map: Central and Eastern European media change in a global perspective*. Bristol: Intellect, 2008. p. 43-72.

VOLTMER, Katrin. "Comparing media systems in new democracies: East meets South meets West." *Central European Journal of Communication*, v.1, n.1, 2008, p. 23-40.

WAISBORD, Silvio. Democracy, journalism and Latin American populism, *Journalism*, 2012. Em: <<http://jou.sagepub.com/content/early/2012/10/24/1464884912464178>>.